

A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

Geilza da Silva Santos

(Universidade Federal da Paraíba, ilza.sts@hotmail.com)

Ellen Cristine Alves Silva Canuto

(Universidade Federal da Paraíba, ellen.canuto@hotmail.com)

Resumo: Esse trabalho surgiu a partir das reflexões de uma disciplina da pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, intitulada: Tópicos especiais em linguagens historiográficas: teoria Social, Historiografia e Relações Raciais no Mundo Atlântico, que foi composta por professores de diversas disciplinas: historiadores, antropólogo, socióloga e biólogo com intuito de abranger essa discussão através da interdisciplinaridade, tendo por objetivo trazer a escrita negra e assim compreender a “formação das sociedades racializadas” no Mundo Atlântico. Assim, nossa proposta maior é suscitar várias discussões sobre a população negra, sobretudo as mulheres negras, a fim de analisar os aspectos que introduziram a população negra a margem da história pela sociedade brasileira. Com isso, buscamos mostrar a importância de se colocar sobre a “luz” da história questionamentos, rupturas e permanências que contribuem para o entendimento da construção historiográfica e, sobretudo dos espaços em que a população negra foi sendo condicionada ao longo dessa construção socioeconômica no país. Em relação às mulheres negras, principalmente, faremos uso do embasamento teórico e metodológico da História Social tendo como fonte a bibliográfica historiográfica sobre as mulheres negras que vislumbram as discussões sobre os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que direcionaram um estereótipo sobre esses sujeitos históricos que vivenciaram e vivenciam uma distinção social, sofrendo assim uma tríplice discriminação, a de raça, classe e gênero. Com isso fazemos uma reflexão através do uso de estudos de intelectuais negras que por meio de seus escritos, lutas e engajamento nos movimentos sociais trouxeram a cerne a questão dessas mulheres na inserção social, seja no campo da escolarização, do trabalho e da história no nosso país. Buscando confrontar uma invisibilidade que foi imposta pela sociedade e concomitantemente, apresentando a mulher negra enquanto protagonistas de sua própria história.

Palavras - chave: Historiografia, Mulheres negras, Sociedade brasileira.

Introdução

A população negra sempre foi deixada a margem na sociedade brasileira. Primeiramente no sistema escravista, onde foram tirados de suas terras para serem escravizados, justificado muitas vezes pela classe dominante como um favor, pois estavam “tirando-os da ignorância em que viviam” através principalmente da conversão ao cristianismo. Tendo o apoio da religião a escravidão não era questionada, sendo desígnios de Deus, como nos aponta Emilia Viotti (2010, p. 13): “Acreditava -

se que era a vontade de Deus que alguns nascessem nobres, outros, vilões, uns, ricos, outros, pobres, uns, livres, outros escravos. De acordo com essa teoria, não cabia aos homens modificar a ordem social.” E assim os negros eram vistos como inferiores e que deveriam viver como escravizados, esse discurso era utilizado para legitimar o lugar de inferioridade imposta aos mesmos, disseminar a ideia do conformismo.

Com a abolição a situação não melhorou e assim, não seria com o fim da escravidão, sancionada com a lei de 13 de maio de 1888, que traria melhores condições de vida para o negro. A liberdade não foi sinônima de igualdade e cada vez mais essa população foi sendo colocada a margem da sociedade, “liberdade” não resultou em mais igualdade social e até hoje os descendentes dos negros escravizados carregam consigo o estigma e de uma sociedade excludente que os inferioriza.

Tendo em vista essa trajetória o nosso objetivo é analisar os aspectos, situações que direcionaram a população negra, sobretudo as mulheres negras, a posição de inferioridade dentro da sociedade brasileira. Visando discutir os aspectos historiográficos, elemento que perduraram ao longo da história em uma justificativa de exclusão, onde vamos vislumbrar as posições de resistências, de lutas em que essas mulheres se colocam, ressaltando a busca da inclusão igualitária nesta sociedade.

Metodologia.

Neste artigo fazemos uso metodológico da bibliografia referente à historiografia da História das Mulheres Negras trazendo debates inseridos em pesquisas realizadas por historiadoras, militantes como Lélia Gonzales (1982, 2008), Thereza Santos (2006), Beatriz Nascimento (2007)¹, Bebel Nepomuceno (2013), dentre outras que discutem os elementos relacionados às relações raciais e as condições em que as mulheres negras sofreram e sofrem com a ideologia de dominação exercida na sociedade. Esses estudos abordam aspectos referentes às articulações políticas, sociais, culturais e econômicas entre a presença feminina e os parâmetros inseridos na sociedade brasileira, como os padrões de beleza, a educação, o mercado de trabalho dentre outros fatores, tendo em vista o ideário branco/ocidental/ cristão que os colocava como inferiores. Pensando principalmente a questão das mulheres negras, que sofre uma tríplice discriminação por sexo, raça e classe social, o uso dessa discussão

¹ Ler-se Beatriz Nascimento através do livro dedicado a autora, escrito pelo autor Alex Ratts (2007) que vai falar sobre a trajetória de vida dessa historiadora, tendo a segunda parte do livro destinado aos artigos escritos pela autora.

bibliográfica, nos proporciona trazer a cerne a questão da figura feminina negra como sujeitos históricos.

Desta forma, o uso da História Social, como aporte teórico, vislumbra uma melhor compreensão do cotidiano dessas mulheres, relatado em suas escritas, esse campo da história proporciona “[...] desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, direcionando seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e para a trama de seu cotidiano [...]” (SOIHET, 1997, p.59), favorecendo a análise discursiva sobre os aspectos relacionados às identidades coletivas, grupos sociais que foram excluídos dos interesses da história e que se mostram como objetos de investigações históricas, ocasionando diferentes discursos e saberes.

A mulher negra: Uma breve discussão.

Pensando a população negra da independência até os dias atuais Lélia Gonzáles (2008, p. 29-32) constata que toda uma prática política e social direcionada para a questão nacional excluiu os negros de seus projetos de construção da nação brasileira. Além do que o desenvolvimento econômico brasileiro teve por modelo uma modernização excludente e conservadora, deixando a população negra na condição de “massa marginal”.

Outro aspecto que veio marginalizar ainda mais a população negra adveio do cientificismo, evolucionista, determinista e positivista: o racismo científico. Aqui no Brasil esse racismo é associado à escravidão, foi aceito pela elite brasileira em 1870 e acolhida amplamente principalmente nas décadas de 1880 e 1920. No pós-abolição essas teses irão sendo aprofundadas e propagadas com a ideia de inferioridade dos negros, dando início ao processo de branqueamento da população para que assim alcançasse o *status* de “superioridade” das sociedades brancas européias. Assim deu-se início ao incentivo de imigrantes brancos, atraindo a mão de obra européia, reforçando as teses de branqueamento, na busca da elite em extinguir o negro da sociedade brasileira.

Primeiramente, o problema do branqueamento, abordado nas últimas quatro ou cinco décadas como um problema exclusivo do negro, nasce do medo da elite branca do final do século XX, cujo objetivo é extinguir progressivamente o segmento negro brasileiro. (BENTO, 2009, p.47).

Havia assim uma perspectiva da elite brasileira que o Brasil se tornaria um país

branco com o cruzamento de raças. E passa a disseminar o mito da democracia racial, defendida por Gilberto Freyre, onde no Brasil existiria uma harmonização entre as três raças encobrendo assim a discriminação e dando suporte para a elite branca usufruir de seus “privilégios raciais”. Para Beatriz Nascimento (2007[1977], p. 107) o termo “democracia racial”, demonstra ocultar, negar a existência do preconceito racial preterido como aspecto para aliviar certos conflitos, tensões de poder entre as etnias que fazem parte da sociedade por isso a justificativa do uso desse mito como forma de comprovar a participação da comunidade negra, porém com os estudos verifica-se que esse sistema foi exercido como uma camuflagem para as manifestações de preconceito existente no âmbito social, político, econômico, educacional na sociedade brasileira.

Sobre essa questão Lélia Gonzáles pensa o racismo enquanto papel fundamental para essa ideia de superioridade branca, apontando suas duas faces: o racismo aberto e o racismo disfarçado². O que nos interessa nessa discussão é o que se refere à América Latina designada por Lélia como o racismo por denegação que seria o racismo disfarçado, prevalecendo assim às chamadas teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial. Assim esse tipo de racismo contribuiu com a ideologia do embranquecimento, mantendo negros e índios como indivíduos subordinados, contribuindo para uma negação da própria raça e cultura. Pensando essa questão de uma não aceitação fazemos uso de Frantz Fanon (2008 [1952]) em “*Pele Negra e máscaras brancas*” para pensarmos como essa identidade branca contribuiu para uma não aceitação do negro da sua cor, ou seja, da sua autoimagem, e essas “máscaras brancas” inicia na rejeição do próprio negro contra si mesmo, compactuando com a ideologia de embranquecimento na tentativa de fugir de aspectos estereotipados de maneira negativa aqueles que não fossem brancos. Em seus escritos esse autor ressalta que há um complexo de inferioridade internalizada no psíquico da mulher negra o que acarreta uma influência ao escolher um cônjuge branco, buscando com isso sua inserção nos padrões de beleza e no espaço social, onde a cor da pele marca a distinção do ser social. O casamento inter-racial entra como suporte para que agora o olhar modulado para essas mulheres passem a ser mais ameno.

² Essa discussão é feita por Elizabeth do Espírito Santo Viana em seu texto: VIANA, Elizabeth do E. S. Lélia Gonzalez: fragmentos. In: GOMES, Flávio dos S.; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). Experiências da emancipação: biografia, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 267-286.

Ao trazer a experiência de Lélia Gonzales³, Elizabeth do Espírito Santo Viana nos faz refletir sobre a questão da “ideologia do embranquecimento” sofrida por ela. E assim, podemos discutir sobre como essas ideias eram refletidas na mulher negra permeada de estereótipos e na busca de se parecer mais com o ideário do branco. Lélia buscava cada vez mais as características europeias, como no caso das escolhas musicais onde se interessava por suas músicas clássicas considerando as de matrizes africanas como primitivas, a exemplo do samba. Usava perucas e como pode constatar anos depois queria se tornar uma “lady”. Após seu casamento conturbado devido à família de seu marido que não a aceitava, os questionamentos deste acerca de sua “falta de identidade” e “branqueamento” e seu suicídio, Lélia passou a refletir e iniciar sua busca pela negritude e a condição negra.

Trazemos a história dessa ativista negra para exemplificar e pensar algo que aconteceu com muitas mulheres negras que não se aceitavam e buscavam por esse embranquecimento, com a postura de uma mulher branca ocidental, tendo em vista que todo processo identitária também se constitui da maneira como “outro” percebe o “eu”, essa busca está permeada pela ideia que ser branco é ser civilizado e superior. Quanto mais chegasse próximo a esses padrões mais se tornava como pertencente a esse meio que negava a cor negra, textura dos cabelos, feições do rosto (principalmente o chamado nariz achatado e os lábios grossos), tudo que fugisse aos padrões europeus. Ao tomar consciência, Lélia se percebe enquanto “sujeito da diferença” com a conscientização de ser “uma mulher negra”. Mas deve-se pensar essa identidade negra pautada em uma sociedade que vive um racismo e conviveu com o mito da democracia racial. Pensar o percurso da construção de uma identidade negra, pois como nos coloca Nilma Lino Gomes (2006, p.21): “No Brasil, a construção da (s) identidade (s) negra (s) passa por um processo complexo e tenso”. A autora também salienta que por mais que a construção dessa identidade seja específica, “o movimento de rejeição/aceitação construído socialmente pelo negro insere-se ainda em um universo mais amplo que inclui dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e psicológicas” (GOMES, 2006, p. 125). Mas quando pensamos a identidade de uma mulher negra, vemos um universo mais complexo, onde coexiste uma tríplice discriminação, a de raça, classe e gênero.

A imposição de uma boa aparência agregada a recusa do negro esta relacionada à ideia da política de branqueamento, que idealizou o branco como um padrão de beleza. (GOMES,

³ Nesse texto, supracitado, a autora busca através da figura da intelectual negra Lélia Gonzáles, percebendo sua trajetória até torna-se “mulher negra” e trazendo seu pensamento sobre racismo, sexismo e seu conceito de “amefricanidade”.

2006, p. 122). Essa ideologia contribuiu para manipulação de uma representação negativa sobre o negro e a padronização do poder branco. A questão da boa aparência esta relacionada a limpeza, higiene, onde para os padrões direcionados aos negros lhe é negada essa apresentação, desta forma “ [...] a acusação de sujeira física, moral e da “alma” tem sido historicamente imputada ao corpo do negro e da negra em nossa sociedade.” (GOMES, 2006, p. 140). Essa ideologia expressa à conotação das relações raciais, a posição de poder exercido sobre os negros ao inseri-los em uma posição de impureza para ressaltar um comportamento de submissão a essa população. Esse posicionamento emergente do racismo aponta uma distância social, cultural e econômica o que acarreta uma ambiguidade de posições e sentimentos com relação a essa distinção,

Ora, a formação econômica no país se deu pela força de trabalho negro, mas foi conduzido de forma desigual para com a população negra, que respondem e sofrem com o relativo desemprego, que atualmente, em vários espaços, ocupando postos considerados “inferiores”. Voltando aos aspectos históricos, sabemos que com a abolição houve uma grande dificuldade para a inserção dos homens e mulheres, ex-escravos na sociedade, com grandes desvantagens principalmente para as mulheres negras. Aqueles que sonhavam com a mobilidade social se depararam com o preconceito racial e assim foram excluídos, o que perdurou ao longo dos anos, onde encontramos no mercado de trabalho um exemplo da triste realidade dos negros no Brasil. Mesmo com a modernização, com a expansão industrial e com o dinamismo maior de atividades produtivas. É notória ainda uma continuidade das diferenças de papéis nos grupos da sociedade. Como nos diz a ativista negra Theresa Santos (2006, p.134): “(...), no país da “democracia racial”, saímos da condição de escravos para a semi-escravidão”. Tendo o fator racial enquanto marcador das diferenças, sendo relegado as pessoas negras o lugar mais baixo da hierarquia.

A divisão racial do trabalho consiste em manter a exploração dessa força negra dentro do mecanismo de uma massa marginal, fazendo desse recurso um critério para uma seleção de padrão excludente sobre os negros que acabam por serem marginalizados em um sistema de estratificação social. Assim, para se pensar a mulher negra no mercado de trabalho, Beatriz Nascimento (2007 [1976]) constata a estrutura da sociedade brasileira na época colonial hierarquizada onde diversos grupos desempenham papéis diferentes, por um lado o senhor de terras que detém todo poder econômico e político por outro os escravos que são a força de trabalho efetiva, os homens e mulheres livres que vivem em condições precárias. Portanto, é uma sociedade patriarcal e escravocrata que permeia toda

estrutura da sociedade colonial. Nesse contexto vislumbramos a mulher branca vista como esposa e mãe, com deveres relacionados a o cuidar da casa e da família. Em contraponto temos a mulher negra, tendo papel semelhante ao homem, ou seja, tem papel ativo na sociedade.

Enquanto escrava, a mulher negra trabalha na casa grande, no campo, nos engenhos, além de ser a “mãe em potencial” de novos escravos e assim seria o suporte do sistema escravocrata. Lélia Gonzales (1982) aborda duas categorias: a trabalhadora do eito e a mucama, mostrando como esses papéis foram perpetuando no mundo do trabalho mesmo após a abolição. Nos dias atuais vemos as mulheres negras trabalhando em lares ou na lida diária no trabalho no campo. Assim constatamos o que Bebel Nepomuceno alertava: “Entre as mulheres negras, acostumadas aos percalços da vida, não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar”. (NEPOMUCENO, 2013, p.387).

Fato destacado por Nascimento (2007 [1976]) e que aqui também gostaríamos de salientar é que a mulher negra por sua vez sendo mulher e negra se manteve desempenhando os papéis que lhe foi relegado desde a escravidão, ocupando espaços domésticos e trabalhos rurais. Beatriz Nascimento⁴ faz essa constatação, mostrando que, há quarenta anos e hoje ainda nos deparamos com essa realidade, apenas aos poucos vamos ocupando novos espaços, mas de maneira gradual e em pequenos números, ressaltando singularidades.

Porém, nesse contexto das mulheres negras temos outro fator agravante dessa situação, a questão da escolaridade. A educação é vista pela maioria como uma forma de ascender socialmente e ter melhores condições de vida. Segundo Gonzalez (2008) a falta de escolarização dos negros é um mecanismo de desigualdade, aponta que a população negra esta condicionada a uma pequena chance de chegar às universidades, resultando na conclusão que a situação das famílias negras no Brasil não condiz com a realidade da família dos brancos pobres, que perante a pobreza ainda podem contar com os privilégios que sua cor de pele oferece.

Mas pensando nossa sociedade advinda de um sistema hierárquico, em quais condições estariam a mulher negra para ter acesso a essa educação? De acordo com Gonzalez (1982) o censo de 1950 revela o baixo índice de escolaridade das mulheres negras e sua

⁴ A própria Beatriz é um exemplo: Mulher, negra, nordestina, historiadora, ativista está nos exemplos de mulheres negras de sua época que ganharam espaço na academia, tendo em vista a sociedade que não percebiam a mulher negra trilhando um itinerário intelectual. Portanto, parte de sua própria vivência enquanto mulher negra na busca de ver essa instituição tendo espaço para estas.

permanência em atividades relacionadas à baixa remuneração, como os trabalhos domésticos. Mesmo com o desenvolvimento econômico e a modernização esse quadro não se alterou com veemência, pois a prática de exclusão permaneceu mesmo para as mulheres de elevada instrução acadêmica como podemos verificar na citação seguinte:

Quanto a minoria de mulheres negras que, nos dias de hoje, atingiram mais altos níveis de escolarização, o que se observa é que, apesar de sua capacitação, a seleção racial se mantém. Não são poucos os casos de rejeição, principalmente no caso das multinacionais (que possuem como código de discriminação a sigla cr, “colored”, colocada nos testes de admissão de candidatas negras para cargos mais elevados como o de secretária bi ou trilingue, por exemplo). (GONZALEZ, 1982, p. 97)

Mesmo se tratando dos anos 1980 esse assunto está presente nos dias atuais, onde ainda podemos presenciar a desqualificação da mulher negra perante sua cor como característica de algo negativo, incapaz. Pois “ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.” (Idem, 1982, p.97).

As mulheres brancas conseguiram adentrar mais os níveis superiores ao longo dos anos segundo os censos, diminuindo a distancia dos homens brancos, mas a população negra não atingiu da mesma forma e muito menos a mulher negra. Portanto, as mulheres negras em termos proporcionais em relação aos grupos sociais têm menos possibilidades. Bebel Nepomuceno atesta:

Porém, desde muito cedo, a população negra, e a mulher negra em particular, teve maiores dificuldades em integrar o quadro educacional (os reflexos disso podem ser sentidos ainda nos dias atuais. (...). No pós abolição, por conta do racismo existente na sociedade, essa população encontrou dificuldade de obter um lugar nos bancos escolares da rede pública. NEPOMUCENO, 2013, p.389)

Para trazermos um pouco para a contemporaneidade, verificamos como exemplo as mulheres da Comunidade Negra Senhor do Bonfim⁵. Existe uma grande quantidade de pessoas que não concluíram os estudos na Comunidade apontando para as grandes dificuldades encontradas por eles para estudar, principalmente as mulheres que além de cuidar

⁵ A Comunidade Negra do Senhor do Bonfim recebeu a certificação como remanescente de quilombo, em 18 de abril de 2005, expedido pela fundação Cultural dos Palmares. Está localizada na zona rural do Município de Areia4, no Estado da Paraíba. É formada por dois grupos familiares, os “Faustino” e os “Pedro ou de Maria”, sendo ao todo 25 famílias, que convivem nessa região e, além de manter laços de parentesco, existe uma grande afinidade entre eles, tendo em comum uma história baseada no trabalho árduo no engenho, nas plantações de cana e agave do Bom Fim.

da casa, dos filhos, do roçado e muitas vezes na lida no engenho com os homens, ou procurar empregos como domésticas para completar a renda da família, não tinham condições de frequentar uma escola. Os mais velhos nos dizem que não podiam estudar, pois com condições precárias não tinham como frequentar a escola, por que tinham que trabalhar para ajudar em casa desde muito cedo. Mais uma vez fazemos alusão a Nepomuceno:

A necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência da família quase sempre manteve as mulheres negras afastadas do universo escolar, dando-se o mesmo com seus filhos e filhas, ingressados precocemente no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar, atuando em trabalhos de baixa remuneração. (NEPOMUCENO, 2013, p.394).

As situações eram precárias e restava apenas para a família trabalhar muitas vezes em condições desumanas para se sustentar. São reflexos de uma sociedade excludente que não deram oportunidades para que as mulheres negras tivessem melhores condições de vida. Porém não podemos deixar de ressaltar que essas mulheres lutaram e lutam por melhorias, principalmente para que a nova geração tenha melhores chances, frequentando escolas, ingressando nas universidades, adentrando no mercado de trabalho.

A luta pela visibilidade dessas mulheres negras em meio a sua posição de destaque na sociedade, pela sua capacidade intelectual, cultural, política e pela sua beleza, ocasionou novos horizontes e com eles movimentos sociais, entre os 1970 e 1980 propondo discutir a questão do racismo a fim de combatê-lo. (VIANA, 2011, p. 272). A partir dessas discussões surgiu o Movimento Negro Unificado – MNU. Nessas circunstâncias com a significação da luta feminina negra atribuída as ativistas Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento dentro do movimento negro, essas mulheres conseguem se destacar e a operar em outra frente de discriminação, agora o das mulheres negras, onde na década de 1980 organizaram o Movimento das Mulheres Negras, no Brasil. Deste modo, é importante frisar que,

A atuação das mulheres negras que, ao que parece, antes mesmo da existência de organizações do movimento de mulheres, reuniram-se para discutir seu cotidiano marcado, por um lado, pela discriminação racial e, por outro, pelo machismo- não só dos homens brancos, mas dos próprios homens negros. (GONZALEZ, 2008, p. 38)

Possibilitou a essas mulheres a oportunidade de terem vozes, de atuarem na busca por

inclusão igualitária em meio aos ditames do sistema ideológico enraizado na sociedade.

Conclusão

Contudo, as marcas existentes em uma sociedade que direciona suas relações dentro do processo hierárquico atribuído pela cor da pele e sexo, não conseguiu ocultar a atuação das mulheres negras que mesmo diante de pouco espaço conseguiram soltar o seu grito em devesa de sua posição de ser mulher, de ser negra, de ser brasileira, enfrentando a discriminação e exclusão dessa sociedade patriarcalista que condicionava o seu lugar social. Velando em suas ações a atuação da discriminação racial perante a inserção social dessas mulheres, que sofrem diversas opressões seja no campo sexual, econômico, político e social que estigma uma imagem de posição inferior na educação, no trabalho, nas relações de gênero, entre outros espaços.

Ao longo da discussão historiográfica das intelectuais negras apresentadas neste artigo, percebemos como a sociedade criou estereótipos que perpassaram na história e que ocasionaram a rejeição dessa população negra, sobretudo da figura feminina que sofre tanto a discriminação racial como também a discriminação por gênero. Deste modo, o movimento social das mulheres negras tem um papel preponderante para a quebra desse estigma.

A invisibilidade que para elas foram impostas contrapõem a visibilidade que elas buscaram apresentar e se representarem tornando-se protagonistas de sua própria história. São através de lutas como de Lélia Gonzales, Thereza Santos, Beatriz Nascimento entre tantas outras que lutaram e continuam nesse embate para que as mulheres negras se tornem cada vez mais visíveis, primeiro passo aceitando sua identidade de mulher negra e se percebendo enquanto sujeitos históricos.

Referências Bibliográficas

BENTO, Maria Aparecida S.; CARONE, Iray (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas* [1952]. Salvador: CEAQ/UFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). *Guerreiras de Natureza: Mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 29-47.

_____. A mulher Negra na Sociedade Brasileira. In: LUZ, Madel T (Org.). *O Lugar da Mulher: Estudos sobre a Condição Feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras – “Protagonismo Ignorado”. In: PINSKY, Carla Bassenezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.p.382-409.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007, 129p.

SOIHET, Rachel. Enfoques femininos e a História: Desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita. *Gênero em debate: Trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997, p. 55-82.

SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira*. São Carlos: EduFSCar, 2008, 143 p.

VIANA, Elizabeth do E. S. Lélia Gonzalez: fragmentos. In: GOMES, Flávio dos S.; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografia, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 267-286.